

## **A realidade transexual desde a perspectiva histórica e cisheteronormativa**

*The transexual reality from the historical and cisheteronormative perspective*

*La realidad transexual desde la perspectiva histórica y cisheteronormativa*

---

**Jaime Alonso Caravaca-Morera<sup>I</sup>, Maria Itayra Padilha<sup>II</sup>,**

<sup>I</sup> Enfermeiro e Professor da Universidade da Costa Rica (UCR). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal Santa Catarina-Brasil (PEN/UFSC). Mestre em Enfermagem pelo PEN/UFSC. Especialista em Saúde Internacional pelo Centre of Addictions and Mental Health-Canadá (CICAD/CAMH). Membro do Grupo de Estudos de História do Conhecimento da Enfermagem e Saúde (GEHCES) e do Researching for LGBTQ Health (University of Toronto). E-mail: jaime.alonsocaravaca@ucr.ac.cr.

<sup>II</sup> Professora Titular do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal Santa Catarina-Brasil (PEN/UFSC)-Brasil. Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Estudos da História do Conhecimento de Enfermagem (GEHCES). Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: itayra.padilha@ufsc.br

---

### **Como citar este artigo:**

Caravaca-Morera JA, Padilha MI. [The transexual reality from the historical and cisheteronormative perspective] Hist enferm Rev eletrônica [Internet]. 2015;6(2):310-318. Portuguese.

---

Recebido em 21-09-2015

Aprovado em 18-11-2015

### **Resumo**

A presente revisão narrativa estabeleceu, como objetivo, analisar alguns aspectos histórico-conceituais da transexualidade a partir da perspectiva cisheteronormativa. Para tanto foi realizada uma articulação lógica de olhares, elementos e conceitos defendidos por diferentes autores nacionais e internacionais, que retrata o estado da arte, com a finalidade de estimular o processo reflexivo. Foram analisadas duas categorias que demonstram os complexos desafios que a população trans enfrenta diariamente, pelo questionamento do dicotômico e binário sistema gênero/sexo nas suas polissêmicas e subjetivas realidades. Concluiu-se que as identidades sexuais e genéricas são tecidas em um marco de limites nítidos e expectativas socioculturais.

**Descritores:** Transexualidade; Gênero; Sexo; Papel de Gênero; Sexualidade.

### **Abstract**

This narrative review is aimed at analyzing some conceptual aspects of transsexualism, from the cisheteronormative perspective. It was developed on a logical articulation of perspectives, elements and concepts advocated by some national and international authors, aiming to portray the current state of literature and to synthesize the references appropriately in order to stimulate the reflective process. Two categories were analyzed that demonstrated the complex challenges that trans people face daily, by questioning the dichotomous and binary sex/gender system in its plural, heterogeneous and subjective

realities. We conclude that sexual and gender identity are woven into a framework of sharp boundaries and cultural expectations.

**Descriptors:** Transsexualism, Gender, Sex, Role of Gender, Sexuality

### Resumen

La presente revisión narrativa estableció como objetivo analizar algunos aspectos histórico-conceptuales de la transexualidad a partir de la perspectiva cisheteronormativa. Para esto, fue realizada una articulación lógica de miradas, elementos y conceptos defendidos por diferentes autores nacionales e internacionales, que retrata el estado del arte con la finalidad de estimular el proceso reflexivo. Fueron analizadas dos categorías que demuestran los complejos desafíos que la población transexual enfrenta diariamente, por el cuestionamiento del dicotómico y binario sistema sexo/género en sus polisémicas y subjetivas realidades. Se concluye que la identidad sexual y genérica son tejidas en un marco de límites nítidos y expectativas socioculturales.

**Descriptorios:** Transexualidad; Género; Papel de Género; Sexualidad.

## Introdução

Atualmente todas as práticas sexistas podem ser percebidas como um conjunto de derivações de uma (hetero/cis) normatividade de gênero que está estruturada através da binarização e dicotomização dos sexos e dos gêneros, e que traz como consequência (irrefutável) o estigma e a discriminação das diferenças sexuais.

O foco principal da série de condutas hetero/cis-punitivas subjazem da normatividade heterossexista que, através da essencialização do sexo e dos gêneros masculino e feminino, impõem uma “normalidade” em virtude da qual a virilidade é hegemônica quando comparada com outras expressões sexuais como a feminilidade, a homossexualidade (considerada como uma virilidade feminina), a lesbianidade (compreendida como uma feminilidade masculinizada) e a transexualidade<sup>a</sup> ((in) compreendida como um transtorno de identidade).

Porém, é evidente que o homem (hetero/cis) “normal” é uma construção social que somente tem sentido em conexão com o convívio com outros seres considerados como inferiores. Em outra visão paradigmática, ter ia-se a heterossexualidade/cisgeneridade e a transexualidade não como polos opostos senão como estruturas convertidas em um *continuum*<sup>(1)</sup>.

---

<sup>a</sup> Entende-se a transexualidade como uma condição na qual uma pessoa com uma diferenciação sexual plástico-somática específica, considera que pertence ao gênero social oposto (por sinal artificial). Em outras palavras, como a pesquisadora Berenice Bento (2006) comenta, a transexualidade é uma dimensão identitária caracterizada pelo conflito potencial com as normas de gênero à medida que pessoas que a vivem, reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização de cirurgias ou da hormonoterapia.

As múltiplas diversidades sexuais e genéricas têm sido consideradas desde a visão heterocisnormativa dominante como manifestações equívocas, reprimidas e negadas por um mecanismo identitário binário, claustrofóbico e simplista. Nesse contexto de imposição de identidades estereotipadas e reprimidas (porém socialmente úteis), as imagens culturais da masculinidade permitiam fazer uma ligação entre o sexo biológico com o gênero e as práticas sóciosexuais<sup>(1)</sup>. Dessa forma, a sociedade compreendeu que o indivíduo dominante devia ser viril e praticar o coito ininterrompido com mulheres, ficando conseqüentemente estabelecido que as mulheres deviam ser femininas, subordinadas e com poucos desejos sexuais (nesta visão as trabalhadoras sexuais seriam uma exceção).

Nesta rede simbólica, onde o binômio sexo-gênero foi estruturado (imposto), o gênero ocupou (e continua ocupando) uma posição privilegiada em se tratando de poder e controle social. É importante destacar ainda que, na concepção dos autores do presente texto, o poder não é bom nem é ruim; ele é simplesmente inevitável, relacional e contextual já que, como bem problematiza Foucault<sup>(2)</sup>, ninguém tem o poder o tempo todo, tampouco ninguém está submetido ao poder de forma permanente. Existe uma ideia de que o poder é negativo, porém essa é uma concepção enviesada que radica no suposto de que os dominados, por serem dominados, são melhores que aqueles que exercem essa autoridade.

Assim, os grupos subalternos (ou como se prefere chamar, dissidentes), por serem subalternos, não são melhores nem piores do que os grupos dominantes, até porque deve-se definir o que é melhor e o que é pior. Contudo, existem certos pensamentos que são tecidos no imaginário coletivo que fazem acreditar que os grupos (hetero/cis)dominantes possuem uma posição de privilégios significativa, que pode criar sentimentos de inferioridade nos outros<sup>(3)</sup>.

Esses sentimentos de inferioridade recriam espaços para que as pessoas modifiquem sua imagem em função do que é esperado para elas nesse momento e nesse lugar. Esse interacionismo estratégico - assim denominado pelo sociólogo Erving Goffman<sup>(4)</sup> afirma que as pessoas são atores e que a espontaneidade social é quase nula, já que as pessoas, na sua maioria, planificam e desenvolvem estratégias para se relacionar com os demais, pensamento que é compartilhado pela filósofa Judith Butler, na sua teoria das performatividades, segundo a qual o gênero passa a ser considerado como uma “performance” ou atuação constante.

Nesse cenário de imposições, paradoxos e estigmatizações, considerando o debate acerca dos temas da transexualidade e cisnormatividade<sup>b</sup>, assim como a sua importância para o setor social e da saúde, o presente artigo tem por objetivo analisar os aspectos conceituais da transexualidade a partir da perspectiva histórica, neopatriarcal e hetero/cisnormativa, destacando algumas implicações desse tema para a sociedade.

Considera-se de vital importância abordar essa temática desde a perspectiva histórica com o intuito de fortalecer a compreensão da transformação do pensamento a respeito da transexualidade. Por essa razão, essa discussão foi realizada não sob a perspectiva patologizante/estigmatizante, senão com um olhar inclusivo, que procurou afastar a ideia de que a verdade do sujeito se encontra relacionada à sua conformação biológica e à visão binária e dicotômica dos gêneros, que ditam o comportamento dos sujeitos.

## MÉTODOS

O manuscrito foi construído com o suporte de autores nacionais e internacionais com importante trajetória na área da antropologia, sexologia, sociologia e saúde coletiva, apresentando algumas considerações teórico-conceituais com vistas a contribuir para o debate no setor social e no de saúde.

Assim, a presente revisão narrativa da literatura realiza uma articulação lógica de olhares, elementos e conceitos defendidos por diferentes pesquisadores com o intuito de retratar o estado da arte com relação à temática transexual e sintetizar racionalmente as referências escolhidas para continuar o processo reflexivo e o debate dentro e fora das fronteiras dos *locus* de estudo do tema. Sendo assim, destaca-se que o processo de seleção dos autores foi intencional e não exaustivo, e a análise reflexiva nasceu como produto da leitura crítica dos textos conduzida por ambos os investigadores.

---

<sup>b</sup> A cisnormatividade é o movimento social que “promove” (obriga) as pessoas aceitarem irremediavelmente o gênero de acordo com o sexo biológico que lhes foi outorgado ao nascer. Consequentemente, a cisnormatividade é o sistema cultural que promove e visibiliza unicamente a cisgenereidade como a identidade de genérica única, normal e aceitável.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

### **Sobre o discurso binário do sistema sexo-gênero ao longo da história**

A análise da transexualidade não pode ser dissociada da compreensão das múltiplas esferas do exercício jurídico, político, (hetero/cis) normativo, social, cultural, espiritual-religioso e simbólico, das quais emergiu a instituição da cis/heterossexualidade compulsória. Tradicionalmente, no discurso ideológico emanado da sociedade hetero-inquisidora, tem se discutido que a diferença entre homens e mulheres, assim como a canalização/exteriorização dos dispositivos do desejo de ser outra pessoa (com características gênero-comportamentais opostas), são completamente irracionais, subversivas e antagônicas da condição humana<sup>(3)</sup>.

Dessa forma, ao dizer que os binarismos de sexo e gênero são inerentes à condição humana, acaba-se confirmando a existência de um construto social dentro da sua concepção que pode distar do real fluxo natural. Em outras palavras, tais interditos poderiam desvelar a existência de uma intervenção hegemônica do discurso do homem sobre o fluxo transcendental da natureza. Tais considerações convidam a refletir que a associação mecânica que costumeiramente é estabelecida entre corpo, sexo, gênero e sexualidade só pode ser interpretada como o resultado de uma produção histórica-normativa e civilizatória cronologicamente bem identificável<sup>(5)</sup>.

Observa-se aqui a necessidade de compreender o sexo não como um mecanismo estático, senão como um processo que qualifica um corpo para se tornar viável para a vida social. Essa afirmação conversa com o discurso social que utiliza essa conformação anatômica para colocar como naturais as diferenças físicas e construir expectativas em torno delas. Com base nisso, são erguidos os modelos hegemônicos intangíveis de gênero dicotômicos que definem, por sua vez, uma série de condutas e comportamentos para homens e mulheres.

O nascimento do homem racional, produto da modernidade, fez com que surgisse um novo ser, capaz de emitir juízos de valor de ordem política, moral, social, científica, cultural e estética, conduzindo, posteriormente, à implantação de uma coleção de classificações e categorização que iriam se articular no processo de binarização e dicotomização das coisas: bem/mal, belo/feio, homem/mulher, estado/sociedade, razão/paixão<sup>(6)</sup>.

Ao lado disso foram erigidos alguns elementos disciplinares de silenciamento operados através do discurso moderno sobre a sexualidade, reforçados pelos resultados da investigação anatômica que causaram furor na Europa renascentista, a partir do que se conjugaram as

interpretações binarizantes e dicotômicas das figuras dos sexos biológicos homem/mulher, e cujo âmbito de demarcação acabaria por ser a manifestação orgânica do sistema reprodutor: um pênis (externo) e uma vagina (interna)<sup>(7)</sup>.

O binarismo do sexo e do gênero surgiu, então, como consequência da emanção de um marco descritivo, compreensivo e interpretativo da realidade social, que as variadas expressões das ciências sociais e jurídicas, assim como da medicina, por meio da psiquiatria e da sexologia, acabaram teorizando e legitimando ao longo dos séculos XVIII e XIX. Os pensamentos do Iluminismo e das posteriores revoluções liberais foram os que estabeleceram a regulação política, jurídica e formal das identidades e papéis de gênero, baseados em uma clara delimitação das fronteiras entre a esfera público-racional (homens) e a esfera privada-passional (mulheres)<sup>(8)</sup>.

Até o século XVIII, a visão científica acerca da sexualidade era concebida através de um modelo isomórfico no qual a mulher era compreendida como um homem invertido e inferior – invertido biologicamente e inferior na perspectiva estética. A partir dessa teoria, a comunidade científica consolidou o pensamento da existência de um único sexo dominante, sendo que somente a anatomia masculina seria capaz de realizar todas as potencialidades<sup>(9)</sup>.

A separação entre os espaços públicos e privados se constituiu simbolicamente na divisão e segregação dos gêneros (não permitindo a inserção de dúvidas com relação ao gênero que tinha sido socialmente assignado) e instaurou a ideia de que os homens e as mulheres falavam idiomas diferentes, fato que impossibilitava a compreensão e, portanto, a gestão dos problemas com a relevância atual.

O déficit analítico e crítico desses argumentos excludentes estabeleceu, de forma quase imediata, a hegemonia da figura masculina na sociedade, (re)produzindo uma outra cara da misoginia (e da discriminação contra as diferentes manifestações sexuais e genéricas) nesse contexto político. Embora a misoginia, homofobia e transfobia tenham caminhado social e historicamente de mãos dadas, a atitude da sociedade e do Estado para com os transexuais e homossexuais tem sido assimétrica em vários aspectos, com relação ao trato feminino<sup>(10)</sup>.

É evidente que, mesmo com a exclusão do cenário político, a mulher foi adquirindo um papel importante na sociedade civil, e passou a ser levada em consideração para a tomada de certas decisões, por exemplo, o direito ao voto e o reconhecimento do seu direito à herança e ao poder econômico. A caracterização analógica no caso dos homossexuais e transexuais é completamente contrária, caracterizada pela ausência de aceitação total e da definição de papéis funcionais ou socialmente valorizados.

A homossexualidade e a transexualidade não só passaram a formar parte das aberrações e crimes contra *natura*, como também começaram a ser consideradas como uma das incógnitas sociais que não tinham uma resposta concreta e por isso mereciam a rejeição e a patologização. Segundo Foucault, todos os comportamentos sexuais que fogem da “lei natural” começaram a ser estudados exaustivamente, pois essas manifestações sexuais e genéricas se apresentavam à sociedade como uma ameaça aos costumes morais e familiares. Os indivíduos passaram a ser classificados a partir de suas práticas sexuais e suas “aperformatividades” genéricas (ainda na atualidade a pluralidade das manifestações sexuais e genéricas fica reduzida a uma dicotomia categórica imperativa)<sup>(2)</sup>.

O preconceito social que estigmatizou e categorizou as pessoas transexuais e homossexuais naquela época (e que ainda permanece) é um produto da ideologia evolucionista burguesa, que elaborou uma crença baseada em uma vivência sexual pseudonormal e civilizada a partir do momento em que o sexo se converteu em estrutura sociopolítica relevante para a época. O instinto sexual, ligado diretamente à palavra sexo, começou a ter uma finalidade única, e todas aquelas relações e condutas que fugissem dessa finalidade eram consideradas perversas e antinaturais<sup>(9)</sup>.

Esse fato foi reforçado pela Igreja e pelos políticos do século XIX (incluindo aqueles com ideologia liberal ou socialista), que posteriormente encarnariam a viva representação do homem masculino e viril, ideal que foi compartilhado e aceito pelos diferentes elementos que compunham o corpo estatal (fossem pessoas que pertencessem ao sistema democrático ou ao sistema totalitário) e com isso fortaleceram os tecidos imaginários da relevância da heteronormatividade na sociedade<sup>(11)</sup>.

A exceção da tolerância frívola que alguns artistas abertamente homossexuais vivenciaram não aplicou para quase nenhuma pessoa considerada transexual (até porque foram poucas as figuras famosas que abertamente declararam sua “disconcordância” genérica). Contudo, deve-se mencionar que essa pseudo-tolerância (depreciativa) formava parte dos traços de rejeição que iam ao encontro da consolidação dos processos de binarização e dicotomização dos sexos e dos gêneros.

A heterocis-sexualidade obrigatória nesse sistema sócio-político jogou um papel de protagonismo, principalmente na materialização simbólica dos processos de binarização e dicotomização dos sexos e dos gêneros, através da implantação de um dispositivo constituído principalmente pela família e pela escola. Essa implantação trouxe intrinsecamente o pensamento

de que não existe uma essência da sexualidade; existem construções conceituais que a linguagem e as estruturas simbólicas têm utilizado para denominar algumas práticas sexuais.

Com relação à família, sendo essa instituição considerada o núcleo da sociedade, foi convertida no objeto de regulação jurídica a partir do qual se testariam os estatutos legais e as sexualidades (hetero)normatizadas e controladas. A escola, pelo contrário, seria o meio de socialização e o *locus* onde se testariam e externariam os valores de comportamento e atuação ético-morais aprendidos em casa, mas também funcionaria como um meio paradigmático de segregação dos sexos e dos gêneros<sup>(9-10,12)</sup>.

Por outra parte, a escola – considerada como a instituição de aprendizagem social secundária por excelência, jogou um papel preponderante relativo aos mecanismos de inteligibilidade da ordem simbólica que colaborou com a fixação das raízes da transfobia. Essa instituição, por meio do uso do uniforme escolar (pseudo-expressão dos valores universais de igualdade, mas não de equidade ou de isonomia), pretendeu ocultar os problemas estruturais e os desníveis de bem-estar na sociedade assim como objetivou neutralizar qualquer ambiguidade identitária que fugisse das categorias abertamente estabelecidas: menino e menina. O uniforme imposto pelas classes dominantes representava uma forma de representação da dominação, cujo caráter unidimensional pretendeu exterminar qualquer vestígio de diversidade na população escolar<sup>(13)</sup>.

Dessa forma, o uniforme apagaria qualquer forma de vestir contrária à heterocissexualidade e ao binarismo de sexo e gênero imposto por ela. Esse processo de segregação dos gêneros levou simultaneamente à delimitação/definição de uma série de papéis, identidades e sistemas normativos não limitados só ao mundo escolar; pelo contrário, foi estendido às outras esferas dimensionais da atuação humana, dentre elas o mundo religioso.

O discurso sobre as identidades e os papéis de gênero, partindo do processo de dicotomização aprendida nas escolas, fortaleceu o suposto ideológico e o construto social que caracterizava os meninos como seres mais enérgicos que as meninas. Foi assim que se estimularam alguns estereótipos que definiam o gênero como algo além das características sexuais-anatômicas (sexo), e contemplavam algumas condutas, destrezas e interesses culturalmente aprendidos e exercidos.

Esse binarismo de gênero foi muito mais perceptível na organização dos jogos e atividades lúdicas coletivas. O jogo também adquiriu um lugar central nos mecanismos de interação, reforço e relação afetiva entre pais e filhos, não somente porque treinava as crianças no processo de



comunicação com o mundo dos adultos, mas porque contribuía no processo de consolidação das relações ditadas pela heterocis-sexualidade obrigatória <sup>(14)</sup>.

A aparição do jogo seletivo (atividades exclusivas para mulheres ou para homens) desempenhou um papel relevante no processo de socialização secundária das crianças, no que tange aos sistemas normativos estruturados no binarismo do sexo e do gênero.

O jogo entre pais e filhos merecia um lugar importante que promovia (e ainda promove) a interiorização de padrões de conduta nas crianças; aquele jogo de brigas físicas entre o filho e o pai, em que o pai fingia ser derrotado pelo filho, estimulava, no inconsciente da criança, o sentimento de força e poder que estabeleceria os preâmbulos da sua futura masculinidade na idade adulta. Por outro lado, a participação das meninas nas tarefas domésticas preparava a criança ao irremediável desfecho do gênero feminino, sintetizado na figura abnegada de dona de casa, mãe e esposa <sup>(15)</sup>.

Alguns desses estímulos iniciais nos meninos despertaram a aparição do interesse pela vida coletiva fora de casa, fazendo, dos princípios associativos, cooperativos e principalmente competitivos, elementos vitais dos vínculos sociais e gerando, assim, dispositivos prematuros de compreensão e aprendizagem dos sistemas normativos socialmente impostos. Nessa conjuntura, no que se refere ao sentimento de não identificação com os paradigmas socialmente impostos, de algumas crianças consideradas transexuais, tem-se a possibilidade de criar uma incoerência entre o verbo efusivo e o seu acionar construtivo social<sup>(14)</sup>.

Tudo isso deu lugar à criação de protótipos de masculinidade e feminilidade dicotômicos, antagônicos, mas complementares, para cuja definição os comportamentos sexuais também tiveram papel importante. Esses protótipos definiram a feminilidade como o contraponto da masculinidade, sendo que esta última representa ser o bem socialmente mais valorado. Nessa linha, a heterossexualidade é a meta do desenvolvimento sexual, ou seja, a orientação sexual do desejo<sup>c</sup> privilegiada, tanto porque é a mais adequada para os fins reprodutivos quanto porque reforça o discurso da complementaridade dos gêneros.

Os denominados jogos ou brincadeiras simbólicas são considerados um instrumento pedagógico que imita e recria a realidade através de uma normatização social e cultural que tem, como finalidade, a transformação e amoldamento de um coletivo. Por essa razão, existiu (e ainda existe) uma forte associação entre as dimensões culturais dos processos civilizatórios articulados

---

<sup>c</sup> Para uma definição mais aprofundada deste conceito ver tese doutoral Caravaca-Morera (2015).

por meio desses jogos nos binarismos de gênero e sexo, que tem ampla responsabilidade na constituição e perpetuação de estigmas e estereótipos <sup>(13)</sup>.

Avançando ainda mais, no que se refere ao lazer e às festas populares, pode-se identificar que essas atividades, quando submetidas a alguns processos de secularização da identidade, colaboraram com a reprodução de dicotomias. Assim, as atividades lúdicas organizadas como motivos de festividade foram pensadas como exaltação da virilidade masculina, que limitava significativamente a figura da mulher e das outras manifestações sexuais não contempladas pela falocracia.

Por outra parte, as mudanças materiais, sociais e econômicas, assim como o surgimento de uma política de justiça um pouco mais objetiva e redistributiva, que terminou ampliando alguns canais de acesso aos bens coletivos, não conseguiu a mudança paradigmática que demolisse as edificações simbólicas que binarizavam e dicotomizavam o gênero. A evidência disso remanesce na chamada educação popular que, por sua vez, reproduziu os mecanismos de dualismo, que vertebrou a socialização do legado heteronormativo com o grupo de pares. Posteriormente apareceu a educação não formal como complemento do sistema de ensino e como instrumento de perpetuação das normativas (estigmas-preconceitos) e da democratização da cultura na sociedade, baseada nos pressupostos da pedagogia popular.

Diante da realidade da estigmatização e da marginalização social dos coletivos considerados como “fora da norma” por parte da educação, surgiram simultaneamente, no cenário social, algumas demarcações que segregavam (mais do que integravam) esses indivíduos. Nesse cenário apareceram novos protagonistas, que procuravam a homogeneização dos cidadãos, o fortalecimento de novos estereótipos e que puniam a inadaptação aos papéis socialmente impostos e a ruptura das estruturas tradicionais/familiares<sup>(1)</sup>.

As poucas e ineficazes respostas diante dos problemas sociais de integração ignoravam as questões simbólicas que permaneciam intrínsecas na origem das desigualdades e discriminações de gênero. No entanto, começaram a ser tecidos vínculos entre os diferentes sistemas institucionais (famílias, instituições de apoio espiritual – igrejas/congregações e os sistemas de ensino) e o sujeito-pessoa, que contribuíram na reprodução de representações e autorrepresentações do sexo e do gênero tradicionais.

A discriminação, o machismo, a violência baseada no gênero e a heterocis-normatividade falocrática continuaram (a ainda continuam) vigentes entre a população, exercendo o controle “masculino” sobre as mulheres, estabelecendo relações de dominação com as suas namoradas,

esposas ou irmãs, e de rejeição com os homossexuais ou transexuais. Assim, foram-se fortalecendo os ninhos de misoginia e homofobia.

Observa-se que tanto o modelo tradicional de família, quanto os sistemas escolares, a educação não formal, as instituições de apoio espiritual e a cultura do entretenimento-lazer constituíram vetores de socialização que garantiam a reprodução dos processos de binarização e dicotomização de todos os aspectos da vida coletiva, trazendo consigo a exclusão das minorias sexuais. Ao lado disso, surgiu um paradoxo, dado que a mesma sociedade que implantou a democratização dos espaços de participação, integração e inserção social ficou responsável (indiretamente) pela formação de redes clandestinas de certos coletivos que foram expulsos do tecido social e os obrigou a criar seus próprios mecanismos e espaços de socialização<sup>(16)</sup>.

Verifica-se, portanto, que esse articulado simbólico de excluídos, descrito anteriormente, foi se consolidando ao longo da história contemporânea e simultaneamente foi se consagrando na era da abundância e do consumo. Nessa lógica, fica fácil declarar que os protagonistas das dissidências sexuais e genéricas ao logo da história primeiro pecaram, posteriormente, e de acordo com a implantação do poder da medicina, “adoeceram” e, atualmente, são consumidores irremediáveis das diferenças importadas culturalmente.

Conexo a essas ideias, pode ser identificado que alguns espaços satanizaram a dúvida que nascia sobre as identidades sexuais e genéricas e, a partir destes, foram disponibilizados outros espaços para explicitar esse raciocínio por meio de programas televisivos e/ou publicidade que geravam impacto na coletividade, informando um modelo cultural delimitado dentro dos conceitos/arquétipos dos binarismos do sexo e do gênero.

O discurso da instituição da heteronormatividade obrigatória foi, dessa forma, assegurando sua inquebrantável inteligibilidade cultural através dos dispositivos tecnológicos como o rádio e a televisão. Desde seu nascimento, esses aparelhos converteram-se em estruturas de socialização de informações que iriam contribuir com a identificação e reprodução dos modelos culturais patriarcais institucionalmente estabelecidos.

### **O ser transexual no sistema sexo-gênero**

As diferentes posições consideradas neste manuscrito reúnem um conjunto de perspectivas de pesquisadores que nem sempre dialogam entre si, mas respondem a entornos discursivos institucionais e de diagnóstico nos quais estão inseridos os transexuais; por essa razão está se

apresentando um cenário plural, com múltiplas definições e auto-definições dos processos sociais envolvidos nos momentos de transição.

Destaca-se que, nos processos de binarização e dicotomização antigos, repousa a origem dos discursos da transfobia e patologização contemporâneos. É importante destacar que os processos de diferenciação funcional e estrutural da normativa moderna, assim como as categorias de poder e classe, estiveram sempre vinculadas ao sistema binário sexo, gênero e papéis sociais; fatos que contribuíram indiretamente na validação dos trabalhos de patologização da transexualidade por parte da Psiquiatria, sendo que eram considerados como comportamentos sexuais não normativos<sup>(17)</sup>.

As culturas institucionalizam certos papéis sociais, fazendo acreditar que algumas condutas são inatas a um sexo, quando na realidade são simples imposições que visam moldar comportamentos através de um sistema de códigos mais ou menos complexo. Nesse contexto, fica evidente que a Psiquiatria, junto com o Direito, foram as ciências que transformaram (tergiversaram) em anormalidades psíquicas e biológicas, condutas que, na realidade, eram somente atos que transcendiam (atravessavam) os limites sociais, arbitrariamente impostos pelos sistemas institucionais e pelos agentes de socialização <sup>(1)</sup>.

Dessa forma, é possível observar como a normatização social precede e codifica os múltiplos saberes e fazeres científicos. Em algumas sociedades essa codificação impõe também a forma como a pessoa deve atuar, pensar e vestir. Assim, a imagem (vestimenta, tatuagens, *piercings*, movimentos corporais) funciona como uma projeção externa da identidade; nesses contextos as pessoas têm certeza de quem elas são porque os interditos e obrigações vêm impostos pela própria cultura e estrutura social<sup>(15)</sup>.

Nesse tipo de população existe pouca mobilidade sócio-sexual já que os desvios entre o que a pessoa é e o que ela aparenta é pouco permitido, embora um certo grau de desvio entre a identidade e imagem seja inevitável, porque, em toda parte, as pessoas são avaliadas diante os estereótipos que simplificam a realidade.

O grau de desvio entre a imagem e a identidade é menor nas sociedades mais conservadoras porque as pessoas costumam ser aquilo que suas sociedades esperam que elas sejam: quanto menor seja a complexidade social, menores serão as possibilidades de desvio e desajustes com relação à norma. Porém, acoplar-se ao cumprimento da norma não constrói a personalidade -no máximo a maquia e dissimula.

A identidade social pode ser compreendida como sendo a resposta ao questionamento que diz respeito ao sentimento de pertença e intimidade: é o modo como as pessoas se interpretam e definem, inicialmente diante delas e posteriormente diante da sociedade. Nas sociedades em que as mudanças sociais ocorrem lentamente, a identidade não é um problema (até porque esse tipo de claustro não considera as outras nomenclaturas sexuais ou genéricas), já que as pessoas apenas contam com recursos mínimos para pensar-se de um modo distinto de como a sua sociedade os obriga a pensar-se. Por outro lado, nas sociedades mais industrializadas, o desvio entre a imagem e a identidade é muito mais frequente porque, nelas, a quantidade e a qualidade de interações sociais é muito mais complexa e promove, de forma exponencial, as novas formas de ser e estar<sup>(15)</sup>.

No atual estágio do capitalismo liberal, a relação entre a identidade e a imagem desaparece porque a imagem devora a identidade e deixa de ser uma projeção exterior da primeira, de forma que a envoltura termina substituindo o conteúdo. O problema principal nessa afirmação radical está em que a sociedade prioriza imensamente a imagem até chegar a confundi-la com a identidade. Nesse império onde o frívolo e o superficial têm a supremacia, esta é tão potente que bloqueia significativamente o atuar dos valores na edificação das estruturas mais fortes da identidade<sup>(13)</sup>.

Na sociedade contemporânea existe uma analogia entre o modo como as pessoas se pensam (autodefinem) e o modo pelo qual muitas pessoas transexuais procuram a legitimação social. Em ambos os casos existe renúncia aos valores que conformam a identidade para buscar o aplauso externo (aceitação), construindo-se uma imagem adequada, dentro dos parâmetros sociais esperados e aceitos<sup>(1,8)</sup>.

Ao despeito disso, Judith Butler<sup>(1)</sup> confirma a tese de que a sociedade contemporânea está doente porque abdica e nega a sua própria identidade a substitui pela imagem. A identidade implica sobretudo compromisso diante de si e uma vida cotidiana de acordo com aquilo em que se acredita. A identidade supõe viver de dentro para fora. Deve-se pensar a identidade e a imagem como processos e não como estruturas sociais; porém, a primeira é muito mais constante e sólida porque sua elaboração e consolidação demora bastante tempo, ao contrário da imagem, que pode ser (camaleonicamente) mudada em questão de segundos.

Da mesma maneira, viver sem identidade e renunciar aos valores em função daquilo que é socialmente correto, é uma forma de traição pessoal e coletiva que gera tristeza e vazio.

Outro aspecto a ser considerado, além da imagem, é o paradoxo principal vivenciado pelas pessoas que desejam realizar o processo de transição; já que, para conseguir a congruência entre o gênero (acreditado) e o sexo (biologicamente outorgado), estas devem submeter-se a um diagnóstico e é evidente que qualquer diagnóstico desse tipo patologiza a pessoa e sua condição, dado que tem, como objetivo final, a explícita e implícita (cis)normalização.

Dito de outra forma, qualquer pessoa que deseje ou solicite alguma coisa em nome da sua transexualidade, deve adequar-se a uma série de normas que regularizem o seu diagnóstico e o próprio reconhecimento da sua pessoa. Esse pensamento instiga a seguinte reflexão: devem os corpos e as psiques abrirem-se simplesmente à invasão e inspeção estigmatizante de algumas pessoas?

Faz-se esse questionamento porque se compreende que, segundo o raciocínio binário e dicotômico da sociedade, ser uma pessoa transexual significa solicitar alguma coisa (hipoteticamente) a alguém: solicita-se ser olhado, considerado e tratado como alguém que pertence a um gênero particular ou até inexistente. Verifica-se, portanto, que a situação pessoal é sempre social e, portanto, depende-se do estabelecimento de vínculos e relações com alguns estranhos com autoridade para alcançar as condições mínimas necessárias para viver e viver bem (18).

Ao considerar a expressão/situação pessoal a partir de um ponto de vista mais abrangente, integral e particular, ter ia-se a possibilidade de volatilizar o código do gênero como imposição cisnormativa e, ao fazer isso, se poderia dissipar a atual prescrição falocrática que compreende o gênero como as duas caras de uma moeda onde a humanidade inteira deve se encaixar.

Nesse contexto, é preciso começar uma mudança paradigmática que esteja dirigida à autonomia de dimensões pessoais de frente à heteronomia atual. No lugar dos gêneros de demarcações duramente delimitadas, que convidam (obrigam) à segregação, é necessário criar conjuntos difusos formados por afinidades pessoais e livres de razões imprecisas. Nesse mundo utópico poder-se-ia encontrar um grupo de mulheres difusas, formado pelas pessoas que se sentem mulheres e afins umas com as outras; haverá um conjunto de homens difusos com condições semelhantes e um conjunto de extra-sexuais difusos. Existiriam, assim, as pessoas autônomas e seus conjuntos difusos.

Da mesma maneira, deve-se analisar como a implantação e implementação de um gênero estritamente binário molda violentamente os nossos corpos e subjetividades e como esse mecanismo social se reproduz às vezes de formas paradoxais e outras de formas ambivalentes.

Nesse sentido, considera-se que a questão da patologização social das pessoas transexuais atinge diretamente não só esse claustro populacional, mas também o restante da população.

O gênero é imposto de forma normalizada sobre nossos corpos e subjetividades, “normalizando” comportamentos, extirpando condutas, patologizando as dissidências que evadem essa escala dicotômica em que só existe o branco e o preto. Sabe-se que a pessoa transexual não está “alinhada” com as binárias e dicotômicas normas de gênero impostas/criadas socialmente que estão implícitas no processo (não solicitado) de designação social. Esse “desalinhamento” parece significar uma transgressão feita para provocar e contradizer as normas que pertencem ao domínio da expectativa. Isso demonstra que as (hetero e cis) normativas pertencem ao domínio da antecipação de um campo imaginário de regulação do gênero<sup>(8,13)</sup>.

O desejo transgênero de pertencer a um gênero deve ser avaliado não como a antítese do biológico, senão como uma performance ou uma nova construção do individual sobre um gênero que não é socialmente admissível. Nos discursos antigos e atuais, fica evidente o afã da sociedade, de controlar até a mais mínima variação individual, invalidando, assim, outras realidades que possam aflorar, já que não estão contempladas.

Falar de transexualidade é falar de sexo, gênero, desejo e prática sexual, conceitos que à diferença das anteriores concepções existentes no século XIX, tem se configurado como elementos centrais na construção da identidade individual. A transexualidade não seria digna de chamar a atenção de estruturas sociais como a medicina e a legislação se não fosse porque é originária do axioma que dita que somente existem dois sexos e dois gêneros definidos de forma tal que entre um e o outro nada é possível<sup>(17)</sup>.

A despeito disso, Anne Fausto-Sterling<sup>(20)</sup> considera que a sociedade está profundamente comprometida com a ideia de que existem somente dois sexos. Inclusive na linguagem existe uma resistência grande para aceitar outras possibilidades. Essa concepção binária e dicotômica (sexualmente falando), desafia os preceitos da natureza, já que existem muitas escalas localizadas entre o extremo macho e o outro extremo fêmea e, dependendo de como sejam estabelecidas as regras, pode-se caminhar ao longo dessa gama em que o sexo é um vasto contínuo e um infinito maleável.

O estudo da sexualidade, diante dessas articulações (cis) normativas, converteu-se em uma justificativa natural dos diferentes comportamentos e relações sociais entre os homens e mulheres. Dessa forma, as diferenças sexuais biológicas converteram-se na explicação dos

diferentes papéis sociais de mulheres e homens e na causa fundamental das nossas subjetividades diferenciadas.

Com relação a esse fato, Foucault<sup>(2)</sup> e Laqueur<sup>(23)</sup> argumentam que antigamente se convivia mais livremente com a possibilidade da mistura sexual, porém, a partir do século XVII, as teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo e as formas do controle administrativo nos Estados Modernos conduziram paulatinamente à rejeição da ideia da mistura de dois sexos em um único corpo e tem restringido, por consequência, a livre eleição dos sujeitos “duvidosos e fluídos”. Assim, só se tem a oportunidade de ter uma única escolha de sexo, com sua consequente, única, determinada e determinante identidade sexual e genérica<sup>(2,23)</sup>.

Essa naturalização dicotômica dos gêneros leva a que todas as pessoas que não se identificam com o gênero que socialmente corresponde ao sexo biológico sejam vistas como doentes, anormais, perversas, transgressoras ou transtornadas. Cataloga-se assim porque sua existência representa um desafio à rígida divisão de gêneros estabelecida na sociedade contemporânea, um desafio à ideia de que só pode-se ser homem ou mulher, questionando simultaneamente a suposta naturalidade dos gêneros, ou seja, que nascer macho da espécie humana implica de maneira natural se sentir homem e nascer fêmea supõe se sentir mulher.

A necessidade de adequar as pessoas vistas como transtornadas à normalidade normativa implicou na construção de diferentes categorias patologizantes e excludentes mas, como o próprio Foucault planteia, essas categorizações são ambivalentes e não tem só uma função repressiva ou controladora, senão que possibilitam também as afirmações inversas, ou seja, as categorias sexuais criadas para reforçar o controle social, ao excluir e estigmatizar as minorias sexuais, se transformam em uma política afirmativa capaz de desestabilizar o próprio sistema sexual<sup>(2)</sup>.

A partir da análise da sexualidade humana desde uma perspectiva sócio-antropológica é possível fundamentar que os diversos discursos alteram a estrutura simbólica e a prática dos diferentes atores sociais que memorizam, introjetam e desenvolvem diferentes modelos construídos cultural e historicamente. Nesse sentido, compreende-se a sexualidade no sentido macro da sua conceptualização (esfera biológica e esfera social), que inclui não só as condutas sexuais, senão também os desejos, as emoções, proibições, modelos e discursos<sup>(15,20)</sup>.

Com relação à esfera social da sexualidade, pode-se afirmar que essa é a geradora da ideia de que o gênero tem como base a diferenciação entre os comportamentos do homem e da mulher, determinados pela cultura e a realidade social na qual o sujeito está inserido, que vai de acordo (e às vezes além) da anatomia dos seus corpos. Assim, antes mesmo de nascer, o corpo



está inscrito em um contexto discursivo em que múltiplos códigos são tecidos e aceitados e outros rejeitados<sup>(21)</sup>.

Dessa forma, quando se determina que uma pessoa pertence (biologicamente) ao sexo masculino ou feminino, de acordo com o paradigma binário estabelecido, gera-se um apelo performativo em torno do qual se edificam presunções e expectativas que irão produzir os desempenhos do gênero. A implantação de uma heterocis-sexualidade obrigatória e natural exige e modifica o gênero, já que o gênero é um construto discursivo socialmente aprendido, ou seja, uma estrutura codificada na qual o indivíduo é moldado dentro de uma criação biunívoca entre o corpo sexual e o corpo social, que exclui múltiplas outras realidades.

## Considerações finais

A liberdade sexual e genérica do indivíduo é afetada pelo ambiente sociocultural onde ele se insere, isto é, o contexto social e cultural, enquanto mecanismo de controle de conduta e comportamento, provê (impõe) algumas informações que preceituam o comportamento dos homens e mulheres. Grande parte do comportamento humano é o resultado de um aprendizado socialmente condicionado segundo o qual a sociedade estabelece papéis e critérios (agrupadores) a serem desempenhados pelos sujeitos.

Verifica-se, portanto, que, no contexto social contemporâneo, são prescritos modelos comportamentais dicotômicos, excludentes e competitivos para cada um dos sexos dentro de uma lógica binária que alimenta os processos de oposição e hierarquização, fazendo com que tradicionalmente tenha existido uma supervalorização das características masculinas em detrimento daquelas ditas femininas.

Embora existam algumas atenuações ao longo da história, no que se refere aos papéis desempenhados pelos homens e pela mulher ainda são impostos alguns padrões “naturalizados” de comportamento. Dessa forma, é possível observar ainda que os homens e as mulheres estão sujeitos ao discurso heteronormativo na medida em que devem agir de acordo as características próprias do seu sexo. Nessa conjuntura, o gênero joga um papel linguístico estruturador do comportamento dos indivíduos, que pode ensaiar discursos de discriminação e estigmatização.

Dessa maneira, quando se afirmam a o direito da verdadeira livre expressão pessoal, chega-se ao não binarismo - dicotomização do gênero, cujas formas e consequências são

múltiplas. Essas estariam relacionadas com as orientações flexíveis e com a adoção plena de identidades difusas, que podem ser localizadas nas periferias ou no centro das heterocisnormatividades. Nessa visão, não seria preciso definir binariamente a orientação ou identidade porque justamente seriam definidas como pessoas de orientação e identidade indefinidas, volatilizando os processos de estigmatização e patologização.

No momento atual, é pertinente refletir sobre os aspectos éticos e morais envolvidos na realidade transexual, assim como valorar se esses mecanismos facilitarão a realização dos processos de transição com dignidade e apoio social, ou se, pelo contrário, os heteronormativos e falocráticos modos de regular e patologizar as vidas dos transexuais irão se fortalecer mais ainda.

Faz-se imprescindível problematizar e levar em consideração todos os danos psíquicos que todas as pessoas transexuais sofrem como resultado das atitudes e das instituições heterocisnormativas e transfóbicas, a partir das categorizações patologizantes que são feitas diariamente.

Não existe forma de dissociar a realidade trans com a violação e o atropelamento de certos princípios ético-morais. As lutas não estão dirigidas à heterocisnormalidade, senão ao encontro de um modo de viver e viver com qualidade. Pode-se mudar a linguagem para alterar os termos do diagnóstico, por exemplo, porém, é necessário modificar essa linguagem com uma exigência ética que mude o próprio cenário social e o modo como as autoridades ditam as verdades dos desejos da população.

O caminho para chegar nessa cultura plenamente não-binária/dicotômica é longo. Falta ainda o reconhecimento de certos direitos e a demolição de certas estruturas estigmatizantes, discriminatórias e patologizantes que estão edificadas em todos os estratos sociais. A mudança no complexo vocabulário que incluía mulheres “machas”, homens “fêmeos” e muitas mais expressões tem que ser criada continuamente para conseguir designar as mil formas e os milhões de matizes do não binarismo atual.

## Referências

1. Jenner CO. Transsexual primary care. *J Am Acad Nurse Pract.* 2010 Aug;22(8):403-8.
2. Foucault M. *História da sexualidade I: a vontade de saber.* São Paulo: Graal; 2005.
3. Missé M, Coll-Planas G. *El Género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad.* Barcelona: Athenea Digital; 2010.

4. Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1988.
5. Nieto JA. Transexualidad, intersexualidad y dualidad de género. Barcelona: Bellaterra; 2008.
6. Galli RA, Vieira EM, Giami A, Santos MA. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. *Psicol teor pesqui*. 2013 out.-dez.;29(4):447-57.
7. Decuyper G, Vercruyse JRH. Eligibility and readiness criteria for sex reassignment surgery: recommendations for revision of the WPATH Standards of Care. *International Journal of Transgenderism*. 2009;11(3):194-205.
8. Butler J. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós; 2006.
9. Ceccarelli PR, Franco S. Homossexualidade: verdades e mitos. *Bagoas*. 2010;5:119-29.
10. Scorsolini-Comin F, Santos MA. A etérea duração do dia: gênero na poética encarnada de Adélia Prado. *Psicol estud*. 2013 jan.mar.;18(1):3-13.
11. Butler J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
12. Rocha CTC, Grossi MP. Filosofia, gênero e ciência: entrevista com Eulalia Pérez Sedeño. *Rev Estud Fem*. 2009 jan.-abr.;17(1):191-205.
13. Louro GL. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes; 2007.
14. Marchi RC. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cad Pagu*. 2011 jul.-dez.;37:387-406.
15. Bento B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.
16. Levine SB. Real-life test experience: recommendations for revisions to the Standards of Care of the World Professional Association for Transgender Health. *International Journal of Transgenderism*. 2009;11(3):186-93.
17. Bergero MT et al . Una reflexión sobre el concepto de género alrededor de la transexualidad. *Rev Asoc Esp Neuropsiquiatr*. 2008;28(101):211-26.
18. Arán M. A transexualidade e a gramática normativa dos sistemas de sexo-gênero. *Agora (Rio J.)*. 2006 jan.jul.;9(1):49-63.
19. Fausto-sterling A. The five sexes: why male and female are not enough. *The Sciences*. 1993 Mar-Apr:19-25. [cited 2016 Apr 4] Available from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/j.2326-1951.1993.tb03081.x/pdf>
20. Caravaca-Morera JA, Padilha MI. Trans-formação: uma revisão sobre os principais conceitos da transexualidade. *Revista Eletrônica Estácio Saúde*[Internet]. 2015[citado em: 6 abr. 2016];4(1):33-44. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/saudesantacatarina/article/viewFile/1504/706>
21. Bonet J. *Problematizar las políticas sociales frente a la violencia de género*. Barcelona: Virus; 2007.
22. Laqueur T. *La construcción del sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Estados Unidos. Harvard University Press, 1994.
23. Caravaca-Morera JA. *Trans: histórias de vida e representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre sujeitos transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica*. 2015. 250 f. (Mimeografado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016